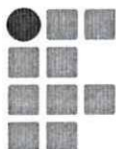




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA N.º 4/2016/CODIR/IFTO, DE 22 DE
NOVEMBRO DE 2016**

1 Ata da quarta reunião extraordinária do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação,
2 Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. Aos dias vinte e dois do mês de novembro de dois
3 mil e dezesseis, com as atividades agendadas para os horários de expediente, das oito às doze
4 horas e das catorze às dezoito horas, no Auditório I da Reitoria do IFTO, situada na Avenida
5 Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, conjunto 1, lote 8, na cidade de Palmas-TO,
6 reuniu-se, sob a presidência do magnífico reitor Francisco Nairton do Nascimento, o Colégio de
7 Dirigentes – Codir –, composto pelo reitor como presidente; pelos pró-reitores, pelos diretores-
8 gerais dos *campi* e pelos diretores dos *campi* avançados do IFTO. Foi registrada a presença dos
9 seguintes membros: pró-reitor de Administração Rodrigo Soares Lelis Gori; pró-reitor de
10 Desenvolvimento Institucional Danilo Gomes Martins; pró-reitor de Ensino Ovídio Ricardo
11 Dantas Júnior; pró-reitora de Extensão Paula Karini Dias Ferreira Amorim; pró-reitor de
12 Pesquisa e Inovação Augusto Cesar dos Santos; diretor-geral do *Campus* Araguaína, Cristiano
13 Fernandes Mateus; diretor-geral do *Campus* Araguatins, Décio Dias dos Reis; diretor-geral *pro*
14 *tempore* do *Campus* Dianópolis, Jonas Reginaldo de Britto; diretor-geral do *Campus* Gurupi,
15 Marcelo Alves Terra; diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins, Paulo
16 Hernandes Gonçalves da Silva; diretor-geral do *Campus* Palmas, Octaviano Sidnei Furtado;
17 diretor-geral do *Campus* Paraíso do Tocantins, Antonio da Luz Junior; diretora-geral do *Campus*
18 Porto Nacional, Lilissanne Marcelly de Sousa; diretora do *Campus* Avançado Pedro Afonso,
19 Juliana Ferreira de Queiroz; diretor do *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, Valquires Martins
20 de Santana. Registrou-se também a presença da diretora de Gestão de Pessoas Maria Edileuza
21 Ferreira de França. O presidente conferiu o quórum, cumprimentou os dirigentes e declarou
22 aberta a reunião. Nairton informou que, em razão da presença do professor Clauber Rosanova, o
23 ponto 5, Discussão sobre o funcionamento do Comitê de Ética em Uso Animal – Ceua –, será
24 antecipado. Clauber explicou que o IFTO deve ter o Ceua cadastrado, mas, para tanto, faz-se
25 necessário que alguns requisitos da legislação vigente sejam atendidos. Assim, Clauber
26 relacionou quais são os requisitos a serem atendidos para regularização do Ceua no âmbito do



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul
77020-450 Palmas – TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - codir@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

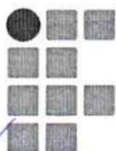
27 IFTO. Entre os requisitos citados, Clauber mencionou a necessidade de estrutura adequada para a
28 sede do Ceua, viabilização de recursos humanos e financeiros como aportes para a realização das
29 reuniões, estabelecimento de cargas horárias compatíveis com o desenvolvimento adequado das
30 funções exigidas pela comissão. Clauber explicou que hoje não há servidores do IFTO dispostos
31 a compor o Ceua, visto que, para integrar o Ceua, o servidor deverá estar vinculado ao conselho
32 de sua classe profissional, o que geraria uma anuidade com a qual esse servidor teria de arcar.
33 Segundo Clauber, atualmente, no IFTO, só há três servidores de sua área com cadastro no
34 conselho correspondente. Clauber ressaltou a necessidade de o IFTO regularizar o Ceua, tendo
35 em vista a demanda de processos que necessitam passar por esse comitê. Nairton disse que,
36 dentro das possibilidades, disponibilizará um espaço para o desenvolvimento das ações do Ceua,
37 bem como estrutura física e recursos humanos necessários. Nairton alertou os gestores quanto à
38 necessidade de o IFTO oferecer suporte ao Ceua para a realização de suas atividades. Quanto à
39 anuidade exigida por conselhos de classe, Nairton lembrou que, no *Campus Araguatins*, já se
40 procedeu ao pagamento de anuidade para servidor vinculado a conselho. No entanto, a
41 Controladoria-geral da União – CGU – recomendou que tal pagamento fosse suspenso por parte
42 do *campus*. Todavia, Nairton recomendou que os gestores instrua processos para análise da
43 Procuradoria Federal junto ao IFTO, a fim de que esta verifique a possibilidade de os *campi*
44 arcarem com a anuidade dos servidores que integrarão o Ceua. Clauber informou que o Ceua é
45 formado por servidores das unidades do IFTO e dois representantes da sociedade civil, que
46 fazem parte de instituições envolvidas na defesa de animais. Décio destacou a necessidade de
47 regularizar o Ceua com urgência. Mariana Britto frisou que o IFTO já encaminhou
48 documentação para credenciamento do Ceua, e os responsáveis pelo credenciamento já
49 questionaram sobre as resoluções das pendências para efetivação do credenciamento. Assim,
50 Mariana defendeu a rápida resposta às demandas necessárias para regularizar a Ceua no IFTO.
51 Por seu turno, Nairton ratificou a necessidade de oferecer suporte para implantação e
52 funcionamento da Ceua. Nos informes gerais, Nairton informou que o *Campus Araguatins* havia
53 sido ocupado por estudantes na semana passada, mas, no domingo, os alunos desocuparam a
54 unidade. Gori informou que, neste mês, não houve repasse de todos os recursos previstos;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

55 contudo, o que já foi disponibilizado já foi utilizado. Gori disse que há uma promessa da
56 liberação, até o fim do mês, dos recursos que faltam. Em relação ao orçamento, no último dia 10
57 de novembro, encerrou-se o prazo para empenho, e o IFTO conseguiu empenhar cem por cento
58 dos recursos disponíveis. Gori comunicou que, durante esta semana, ocorrerão duas licitações do
59 *Campus* Colinas do Tocantins, e disse que há três processos em análise pelo MEC, com vistas à
60 descentralização de recursos para os *campi* Porto Nacional, Palmas e Lagoa da Confusão. Gori
61 lembrou alguns tipos de empenho que não podem passar de um ano para o outro, e destacou que,
62 não havendo possibilidade de empenho ainda este ano, que se faça então o remanejamento. Gori
63 também mencionou uma previsão de limite de capital, mas acredita que isso não ocorrerá.
64 Nairton explicou que os recursos a serem destinados aos *campi* Porto Nacional, Palmas e Lagoa
65 da Confusão referem-se aos cinco milhões e seiscentos mil reais prometidos pelo ministro da
66 Educação. Na oportunidade, Nairton expôs que, em vez dos cinco milhões e seiscentos mil reais,
67 o MEC liberou cinco milhões. Antonio perguntou a Rodrigo Gori sobre a possibilidade de migrar
68 custeio para capital. Gori explicou que, hoje, as ações são baseadas no saldo que o IFTO possui;
69 no entanto, o Projeto de Lei Orçamentária Anual – Ploa – do próximo ano poderá trazer a
70 possibilidade de remanejamento interno, sem necessidade de autorização ministerial. Danilo
71 Martins solicitou a palavra para o coordenador de Planejamento Estratégico William de Sousa
72 Dias. O coordenador expôs que alguns *campi* questionaram a realização de avaliação do Paa
73 antes do fim do exercício 2016. William esclareceu que, para que seja realizado o planejamento
74 2017, faz-se necessária a avaliação do exercício 2016. Por isso, William sugeriu que, para o
75 próximo ano, a avaliação ocorra até a segunda quinzena de dezembro. Os dirigentes também
76 acordaram que a avaliação do Paa 2016 seja encaminhada para a Pró-reitoria de
77 Desenvolvimento Institucional até 15 de dezembro de 2016. Com a palavra, Augusto comunicou
78 que, devido a problemas mecânicos no ônibus do *Campus* Palmas, será disponibilizado o ônibus
79 do *Campus* Porto Nacional para a viagem dos alunos que participarão do Connepi. Augusto
80 também citou que o Instituto Federal Maranhão solicitou o transporte de três de seus servidores
81 que moram em Carolina-MA, cidade que fica no percurso pelo qual o ônibus do IFTO passará.
82 Os dirigentes se mostraram favoráveis ao atendimento dessa demanda. Augusto comunicou que





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

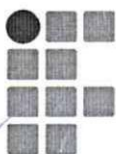
83 foi divulgada a avaliação quanto à proposta de curso de mestrado no IFTO. Segundo Augusto, a
84 proposta obteve pontuação 2, o que, por conseguinte, demanda novos ajustes, como publicações
85 na área proposta e professores com experiência em cursos de pós-graduação. Augusto explicou
86 que a instituição submeterá recursos ante o resultado, e aguardará nova resposta dos avaliadores.
87 Quanto ao mestrado profissional a ser oferecido a servidores do IFTO, o pró-reitor de Pesquisa e
88 Inovação esclareceu que o número de vagas deve ser reduzido, já que alguns professores saíram
89 do programa. Augusto explicou que, inicialmente, seriam dez vagas por Instituto Federal, mas,
90 por recomendação da Capes, as vagas serão abertas para ampla concorrência, sem um número
91 específico para cada instituto. Nairton pediu que a Propi faça uma nota explicativa, com vistas a
92 informar os servidores sobre as referidas mudanças. Paula Karini convidou os gestores para
93 participarem do I Seminário de Consciência Indígena e Afro-brasileira – Inafro – do IFTO, a
94 ocorrer neste dia 23 de novembro, no *Campus* Palmas. Paula também convidou os gestores para
95 o Ifestival, a ser realizado de 1º a 3 de dezembro. Nairton frisou que, no Congresso dos
96 Estudantes do IFTO – Coneifto –, às catorze horas do dia dois de dezembro, a convite do evento,
97 os gestores participarão de colóquio com os estudantes. Ovídio informou que, no domingo
98 passado, ocorreu a prova do Enade. Ovídio solicitou aos gestores informações referentes às
99 vagas no Sistema de Seleção Unificada – SisU. Na oportunidade, o pró-reitor de Ensino informou
100 que estão sendo realizados testes no módulo rematrícula. Ovídio também comunicou que
101 domingo haverá provas do processo seletivo. Nairton expôs que o ex-reitor do Instituto Federal
102 do Rio Grande do Norte, Belchior Rocha, teve suas contas julgadas irregulares em razão do
103 atraso na implantação do ponto eletrônico. Nairton destacou que, embora Belchior não esteja
104 mais na gestão, está a responder com base em ação referente ao seu mandato. Nairton expôs
105 também que o Instituto Federal da Bahia recebeu uma decisão judicial com vistas a prosseguir
106 com o controle de frequência por meio do ponto eletrônico. Nairton comunicou que o
107 conselheiro Claudio Galvão pediu a inserção do ponto eletrônico no Consup, com a proposta de
108 exclusão do ponto para professores. Nairton esclareceu que a secretária de Gestão de Pessoas do
109 MEC informou que uma proposta de equiparação dos professores do Ensino Básico, Técnico e
110 Tecnológico com os professores do Magistério Superior está em discussão no MEC, para





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

139 vindo neste contexto. Ovídio concordou que deva haver uma reunião da DGP sobre o ponto, mas
140 defendeu que a questão seja tratada por partes. Décio Reis concordou com a criação de
141 documento que instrua os procedimentos acerca do ponto eletrônico; o dirigente também se
142 mostrou favorável a reuniões voltadas para o esclarecimento desse novo controle de frequência.
143 Antonio defendeu que o sistema permita que o servidor consiga registrar sua frequência em
144 unidade diferente daquela onde de fato atua. Edileuza explicou que o sistema possibilita isso,
145 mas disse que a adoção de tal procedimento geraria mais uma carga de trabalho para o chefe
146 imediato. Juliana Queiroz disse que, apesar das peculiaridades de cada unidade, há como adotar
147 procedimentos uniformes, como no caso das ocorrências básicas. Queiroz pontuou que, quando o
148 servidor não está na sua unidade de atuação, há a possibilidade do registro de ocorrência, onde o
149 servidor especificará que não está em sua unidade por razão de viagem a serviço, ou por
150 capacitação, por exemplo. Antonio disse que o regulamento não especifica que o servidor deverá
151 registrar o ponto na unidade em que atua, de modo que há possibilidade de tal registro ocorrer
152 em unidade diversa da sua. Juliana sugeriu que abrissem a possibilidade de registro eletrônico
153 para servidores que atuam em duas unidades. Contudo, Edileuza disse ser complicado abrir tal
154 possibilidade somente para alguns servidores. Segundo Edileuza, ou se abre tal possibilidade
155 para todos, ou não se abre tal possibilidade para ninguém. Paulo Hernandez defendeu que a
156 efetivação do sistema ocorra sem prorrogação do prazo. Segundo o dirigente, os servidores
157 gradativamente se adequarão ao novo sistema de controle de frequência. Gori pediu que as
158 informações básicas sobre o emprego do ponto eletrônico sejam divulgadas até o dia 1º de
159 dezembro. Com a palavra, Antonio sugeriu que a gestão planeje a infraestrutura necessária para
160 os servidores efetuarem suas atividades na unidade. Nairton frisou a necessidade de os servidores
161 entregarem seus planos de trabalho no início de cada semestre. No turno vespertino, conferiu-se
162 continuidade à discussão sobre a frequência eletrônica dos servidores, a qual passou a contar
163 com a participação do servidor Ronaldo Parente. Na oportunidade, Edileuza apresentou a
164 homologação de frequência, módulo criado por Ronaldo. Edileuza explicou que, após
165 homologação da frequência, não será possível fazer alterações. Questionada sobre quem
166 homologará a frequência na ausência do chefe imediato, a diretora pontuou que tal homologação





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

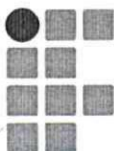
111 posterior proposta de alteração da legislação. No ponto 3 da pauta, ajuste e funcionamento do
112 ponto eletrônico, com a palavra, Edileuza tratou da Instrução Normativa do Controle por Ponto
113 Eletrônico. Segundo a diretora, no dia 7 de novembro, foi realizada uma reunião por web-
114 conferência com representantes dos setores de gestão de pessoas. Nessa ocasião, os participantes
115 receberam instruções sobre o preenchimento do ponto no sistema, bem como foram informados
116 acerca das atribuições dos chefes imediatos. Edileuza disse que os participantes consideraram
117 válida a reunião, mas declararam sentir dificuldade para compartilhar as informações com outros
118 servidores. Edileuza explicou que trouxe essa questão para o Codir com o objetivo de que os
119 gestores ofereçam sugestões com vistas a melhor divulgação dos procedimentos referentes ao
120 ponto eletrônico. Paulo Hernandez sugeriu que o reitor solicite aos Institutos Federais relatório
121 que descreva o funcionamento do ponto eletrônico. Paulo destacou que não há por que
122 estabelecer novas discussões sobre o tema, já que o emprego do ponto eletrônico no âmbito do
123 IFTO já deveria estar consolidado. Juliana pontuou que não deve haver reunião para discutir a
124 implantação do ponto eletrônico, mas sim orientações básicas para todos os servidores. Danilo
125 Martins sugeriu que os setores de gestão de pessoas se reúnam com os servidores para expor as
126 orientações. Por seu turno, Antonio da Luz disse que a reunião com os servidores já ocorreu no
127 início da implantação do sistema. Antonio frisou que não vê necessidade de retomar discussões
128 porque não há, segundo ele, como convencer os servidores da obrigatoriedade de implantação do
129 ponto. Para Antonio, a atual discussão deve esclarecer se o sistema eletrônico uniformizará todos
130 os procedimentos. O dirigente lembrou que, na prática, as unidades têm suas particularidades.
131 Paula pontuou que, neste momento, a discussão não pode retroceder, de modo que a preocupação
132 atual deve ser focada no esclarecimento de dúvidas advindas do uso do sistema. Assim, a pró-
133 reitora sugeriu que seja criada uma seção destinada a perguntas e respostas, no moldes de
134 *Frequently Asked Questions* – FAQ. Jonas expôs que os servidores têm destacado que os pontos
135 negativos da estrutura física dos *campi* têm dificultado a manutenção de suas atividades. O
136 diretor expôs também que, mesmo com o sistema funcionamento perfeitamente, haverá
137 reclamação por parte dos servidores. Ovídio disse que a gestão deve proporcionar o mínimo de
138 conhecimento sobre a operacionalização do sistema, e pontuou que um programa tutorial é bem-





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

167 poderá ser realizada pelo chefe em substituição, ou quando o chefe titular retornar às atividades.
168 Na sequência, Edileuza apresentou como se efetiva a inserção de feriados, licenças e outras
169 observações no sistema. Tendo em vista a necessidade de se proceder a lançamentos de
170 ocorrência no sistema de ponto por parte do setor de Gestão de Pessoas, Antonio questionou se
171 não poderia ser destacado um servidor na Reitoria para fazer esses lançamentos. Edileuza
172 explicou que é inviável assumir esse serviço na Reitoria, e orientou que essa atividade deve ser
173 realizada em cada unidade, até porque se revela mais fácil acompanhar e fazer tais lançamentos
174 de forma local. Edileuza sugeriu que um servidor do setor de Gestão de Pessoas fique
175 encarregado de fazer os lançamentos. Antonio sugeriu que, no relatório de homologação, haja
176 uma coluna destinada a especificar a carga horária que será homologada e o deficit de horas;
177 sugeriu também que as observações sejam padronizadas. Ronaldo disse que verificará a
178 viabilidade de tais adequações. Antonio defendeu que seja prorrogado o período que isenta o
179 servidor de penalidades com base em informações registradas no ponto eletrônico. Ronaldo disse
180 que, devido a muitos ajustes que o sistema tem sofrido, a prorrogação defendida pelo dirigente
181 Antonio se revela plausível. Juliana, por sua vez, destacou que prorrogar esse prazo é estender
182 um prazo que já foi questionado pela Procuradoria Federal junto ao IFTO. Assim, Juliana
183 defendeu que não seja prorrogado o prazo, e que as informações do sistema passem a ser
184 oficialmente utilizadas em todas as unidades do IFTO a partir de 1º de dezembro de 2016.
185 Nairton disse que é interessante que o sistema passe a vigorar conforme disposto na normativa, e
186 informou que todos os servidores tiveram acesso a informações acerca do funcionamento do
187 sistema de ponto eletrônico. Em continuidade, iniciou-se discussão sobre o ponto 4 da pauta,
188 Proposta de alteração da Instrução Normativa n.º 01/2012/REITORIA/IFTO, de 14 de fevereiro
189 de 2012, que estabelece as normas para remoção dos servidores públicos do IFTO. Juliana
190 Queiróz apresentou a proposta de alteração, e expôs que a Diretoria de Gestão de Pessoas e a
191 Comissão Permanente de Concurso propuseram oferecer vaga para remoção somente quando
192 determinado cargo contar com lista de classificação em concurso. Juliana expôs ainda que a
193 comissão responsável pela Instrução Normativa propõe que, para contagem de tempo, seja
194 considerado apenas o efetivo exercício na unidade onde o servidor se encontra lotado. Por seu





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

195 turno, Valquires Martins defendeu que seja considerado o tempo de serviço no âmbito do IFTO,
196 e não apenas em uma unidade. Valquires frisou ainda que a comissão recebeu contribuições
197 defendendo a contagem de tempo no IFTO, e não somente na unidade. Juliana confirmou que há
198 sugestões nesse sentido, mas pontuou que a comissão entende que o tempo deva ser considerado
199 somente na unidade de lotação do servidor, e não no âmbito do IFTO. Juliana explicou que a
200 decisão sobre essa e outras questões relacionadas à Instrução Normativa de remoção serão
201 deliberadas na próxima reunião do Conselho Superior do IFTO. Discutidos tais pontos, o
202 presidente do Colégio de Dirigentes do IFTO, Francisco Nairton do Nascimento, encerrou a
203 reunião agradecendo a presença e a participação de todos, e eu, Quenízia Vieira Lopes, secretária
204 do Colégio de Dirigentes, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por
205 mim, pelo presidente e pelos demais membros presentes do Colégio de Dirigentes do Instituto
206 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

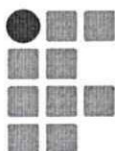
NOME	ASSINATURA
Francisco Nairton do Nascimento Reitor/Presidente do Codir	
Quenízia Vieira Lopes Chefe de Gabinete do Reitor / Secretária do Codir	
Rodrigo Soares Leis Gori Pró-reitor de Administração	
Danilo Gomes Martins Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional	
Ovídio Ricardo Dantas Júnior Pró-reitor de Ensino	
Paula Karini Dias Ferreira Amorim Pró-reitora de Extensão	
Augusto Cesar dos Santos Pró-reitor de Pesquisa e Inovação	
Cristiano Fernandes Mateus Diretor-geral do Campus Araguaína	
Décio Dias dos Reis Diretor-geral do Campus Araguatins	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

Paulo Hernandes Gonçalves da Silva Diretor do <i>Campus</i> Colinas do Tocantins	
Jonas Reginaldo de Britto Diretor-geral <i>pro tempore</i> do <i>Campus</i> Dianópolis	
Marcelo Alves Terra Diretor-geral do <i>Campus</i> Gurupi	
Valquires Martins de Santana Diretor do <i>Campus</i> Avançado Lagoa da Confusão	
Antonio da Luz Junior Diretor-geral do <i>Campus</i> Paraíso do Tocantins	
Juliana Ferreira de Queiroz Diretora do <i>Campus</i> Avançado Pedro Afonso	
Lilissanne Marcelly de Sousa Diretora-geral do <i>Campus</i> Porto Nacional	



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul
77020-450 Palmas – TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - codir@ifto.edu.br

